

ALGUNS PROBLEMAS
METODOLÓGICOS
DA ANÁLISE
DAS ORGANIZAÇÕES:
AS METODOLOGIAS
DE OBSERVAÇÃO

João Freire

A partir de algumas interrogações críticas ligadas a tradições e territórios disciplinares, bem como a metodologias de investigação, este artigo apresenta um quadro geral da investigação sociológica nos campos do trabalho e das organizações. As unidades de observação nestes campos podem ser entendidas, por um lado, como “meios abertos” e, por outro lado, como “instituições organizadas”, tendo sido até agora estudadas com base em descrições documentadas, quantificações, testes de hipóteses e, mais raramente, na observação etnometodológica. O investigador depara-se frequentemente com problemas de estratégia metodológica, de gestão do tempo e de definição do seu próprio estatuto enquanto observador, que lhe trazem algumas dificuldades técnicas no que diz respeito a estudos de caso. Através de uma situação particular de pesquisa o autor apresenta um novo esquema de metodologia a que chama “observação participante retrospectiva”.

Esta intervenção, a abrir a vossa jornada de estudos, procurará ser o menos didáctica possível, propondo-vos antes a apresentação (quase improvisada) de algumas das minhas dúvidas, questões e (precárias) soluções encontradas, em matéria de metodologias de observação na análise das organizações.

Apesar disto e tentando honrar os compromissos assumidos, manterei a estrutura em cinco pontos que indiquei no resumo distribuído, embora com acentuações muito diversas entre eles. Esses pontos são: tradições disciplinares e metodologias de investigação; meios abertos e instituições organizadas; problemas de estratégia metodológica e dificuldades técnicas nos estudos de caso; o problema do tempo e do estatuto nas observações sociológicas; uma situação particular de pesquisa: a observação participante retrospectiva. *Aí vamos, então.*

**Tradições e territórios disciplinares, e metodologias de investigação:
constatações e interrogações**

As disciplinas científicas convidadas a aqui confrontarem as suas experiências de pesquisa são, no essencial, a antropologia, a sociologia e a história.

Os seus objectos de estudo e os seus métodos de investigação já foram, no passado, vistos como específicos de cada uma delas. Hoje, a situação é bastante diferente, pois os objectos de estudo são mais partilhados, interpenetram-se e confundem-se. Há por vezes concorrência directa entre os espe-

cialistas destas disciplinas. Mas também há – felizmente – iniciativas de troca e de debate de experiências, como esta.

É certo que, para além das teorias, as tradições e os territórios disciplinares continuam a vincar as diferenças e as identidades específicas de cada uma das áreas. Mas a interdisciplinaridade emergiu e a todos afectou. “Inventaram-se” novos objectos e experimentaram-se novas técnicas de pesquisa e de análise. E há mesmo quem aponte as fronteiras e as lógicas disciplinares como um entrave à capacidade explicativa neste domínio das ciências sociais e humanas.

Em todo o caso, no conjunto (e pelo menos no plano quantitativo) a produção científica cresceu notavelmente. Pense-se no caso concreto de Portugal nos últimos 30 anos. Das outras disciplinas não ousa (evidentemente) falar. Mas, da sociologia, tenho obrigação de ter aprendido alguma coisa, ao longo das últimas décadas. E posso reflectir sobre uma experiência pessoal com algum significado, sobretudo em termos de diversidade.

Em sociologia, dizemos aos nossos alunos que devemos distinguir entre “métodos” e “técnicas” (de investigação). E os manuais afirmam quase sempre que, uns e outras, se subdividem, quanto à sua natureza, em “quantitativos”, “qualitativos” e outros(as). Falando dos “pólos” estruturantes e interactivos do processo de investigação, afirma-se que as teorias “presidem”; a epistemologia “vigia” (função de “polícia”); e o objecto empírico “impõe” (limita, constrange, orienta). Se isto é verdade, que graus de liberdade sobram para o investigador? Eu diria que são três: ter imaginação para pensar uma hipótese ou uma perspectiva particular de pesquisa ou de análise; adequar a metodologia da pesquisa aos outros “pólos” e conduzir a sua aplicação; ler e interpretar os resultados.

Esta margem de liberdade pode ainda variar bastante, conforme se trata de: a) uma investigação encomendada; b) ou então de investigação da iniciativa e interesse do investigador e, dentro desta, se se trata de uma investigação de responsabilidade individual ou, em alternativa, se se trata de uma investigação colectiva, de um grupo de pesquisa.

A minha conclusão é, então, dupla. Primeiramente, a escolha e uso da metodologia é uma questão-chave do processo de pesquisa e ela repousa, em grande medida, na esfera de reflexão e de decisão do investigador; em segundo lugar, a leitura e interpretação dos resultados é largamente tributária da capacidade – mas também da responsabilidade – pessoal do investigador. Aqui, é apenas sobre o primeiro tópico que falo.

Não tenho a certeza que estas condicionantes e características se coloquem da mesma forma aos antropólogos das sociedades complexas ou aos historiadores da modernidade, mas talvez eles também se reconheçam nelas. Naturalmente, outros factores (recursos, contextos, etc.) limitam as possibilidades de pesquisa. Mas esses (por exemplo, dinheiro e tempo suficientes,

finalidades académicas ou condições de publicação, etc.) creio serem bastante mais comuns a todos nós e ainda a muitos outros colegas. Por isso, podemos deixá-los de lado.

Meios abertos e instituições organizadas: descrição documentada, quantificações, testes de hipóteses e observação etnometodológica

Se pegarmos no significativo património da investigação sociológica realizada nos campos do trabalho e das organizações – mesmo em Portugal – poderemos constatar que, na grande maioria dos casos, os projectos realizados se encaixam numa (ou em combinações) destas várias categorias: descrições documentadas; quantificações; testes de hipóteses. Bem mais raramente, ocorre a observação etnometodológica.

Entre nós, José Machado Pais (1999 e 2001) – por via dos seus trabalhos sobre o quotidiano, os jovens e diversas práticas sociais e populares – teorizou de forma pertinente e sedutora as alterações e especificidades decorrentes desta última orientação metodológica – bem distante do modelo demonstrativo do teste de hipóteses. Ao invés da racionalidade silogística e matemática, o investigador-observador “viaja” através do seu objecto de estudo. É “guiado” por pressupostos, referências e um plano de trabalho, mas o seu modelo de pesquisa é largamente inspirado pelo primado do exercício observativo, e a teoria “segue” muitas vezes a empiria, em vez de a preceder.

As unidades de observação apresentam, contudo, um leque bastante alargado de graus de abertura ou fechamento e de acessibilidade ao olhar do investigador profissional. E também de raridade ou abundância na sua existência e disponibilidade a deixar-se observar. Esquematisando grosseiramente, podemos dizer que há “meios abertos” e múltiplos (aldeias, claque de futebol, etc.), por um lado; e “instituições organizadas” e singulares (tal empresa, tal corpo militar, etc.), por outro. O que configura uma imagem caleidoscópica de possibilidades com as quais as decisões de método do investigador terão de se confrontar.

A sociologia das organizações encarou desde há várias décadas estas últimas situações e foi experimentando os dispositivos tecnicometodológicos julgados adequados a elas. Foi o caso das primeiras formas de investigação-acção (Elliot Jaques, desde os anos 50, cf. Jaques 1972) ou da chamada “escola sociotécnica” (do Tavistock Institute) – e estaríamos aqui talvez no domínio do “estudar, mudando”. Mais tarde, com Crozier (1991) e Sainsaulieu (1977 e 1987; Sainsaulieu e outros 1994), desenvolveram-se técnicas interventivas para potenciar o “desenvolvimento social das organizações” – e entrámos num campo já diferente, porventura o do “mudar, estudando”.

Em todo o caso, a noção do “pedido” (ao analista, formulado pelos responsáveis da organização) ou a de “diagnóstico” (resultado de um exame

pericial sobre o “estado da organização”) permitiram que, nalguns casos, se reflectisse sobre os papéis dos vários intervenientes e as relações que eles têm com os objectivos, as metodologias e, por fim, os resultados dessas pesquisas inovadoras.¹ Isto prende-se directamente com os meus pontos seguintes.

Problemas de estratégia metodológica e dificuldades técnicas

O recurso (cada vez mais frequente) ao termo de “estratégia”, aplicado à metodologia de investigação, teve o efeito benéfico de subentender o uso conjugado e articulado de diversos instrumentos, ou de hierarquizar a utilização conjunta de diversas técnicas: por exemplo, classificando-as em técnicas principais e técnicas auxiliares.

Em todo o caso, para uma investigação de certo fôlego, a definição dessa estratégia constitui sempre um problema complexo. Não é raro que, quando um terceiro olha o resultado final, levante dúvidas sérias e plausíveis sobre a justeza dessa estratégia, que o seu autor não pôde ou não soube equacionar a tempo. E nessa altura já nada mais há a fazer.

Interessante é também a questão dos contextos físicos e dos objectos materiais nos “estudos de casos”. O exemplo da “tecnologia” é relevantíssimo no mundo do trabalho, mas também, cada vez mais, para outros temas e actores. Muito para além da questão do “determinismo da técnica” (que alimentou muitos anos de discussões e pesquisas), os efeitos dos dispositivos tecnológicos e as relações homem-máquina (caso particular da relação pessoa-objecto) prestam-se muito bem ao emprego destas metodologias qualitativas: além de documentáveis, são observáveis e mesmo (até certo ponto) experienciáveis pelo investigador.

E não é por acaso que em certos desenvolvimentos teóricos recentes, como por exemplo com o conceito de “rede sociotécnica”,² tenha sido possível pôr em discussão a questão do estatuto ontológico das “entidades não humanas” (os artefactos, etc.) face ao das “entidades humanas”, como objectos da análise sociológica.

O problema do tempo e do estatuto do observador

Mas é altura de nos concentrarmos sobre o próprio das metodologias de observação e, em especial, as relações entre observador e “observados”.

¹ Ver a este propósito o contributo de Carlos Dias da Silva (1993) que, nesse exercício, não esqueceu nem as condições materiais e formais que devem assegurar a independência do trabalho do especialista, nem as eticocontratuais, nem mesmo as de imagem que possam afectar o seu desempenho.

² Ver Callon (1989), Latour (1989), Alkrish (1994) ou Bruno Lefèbvre (2000), e também Luísa Oliveira (2003).

Quero aqui referir em primeiro lugar a questão do tempo, da duração da estadia do observador-participante no meio social em estudo. Recorro à experiência realizada por Elísio Estanque (2000), apresentada no seu interessante livro *Entre a Fábrica e a Comunidade*, e que me sugeriu uma nota crítica que – por iniciativa daquele autor – vai ficar estampada nas páginas da *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Freire 2003b).

Sumariando ao máximo aquele processo de investigação, digamos que o seu objectivo era o de estudar o “consentimento” (à exploração e ao domínio) do operário em fábrica, na linha teórica proposta por Burawoy (1979). Trata-se, como se percebe, de uma perspectiva inovadora, porventura bem mais presente nos quotidianos modernos do que a perspectiva da luta, do conflito ou da resistência que nos foi legada por uma numerosa produção histórica e sociológica.

Para tal, o observador fez a sua entrada e “iniciação” como operário de uma fábrica de confecção de calçado, ajustada com o patrão, para uma estadia de três meses. As suas páginas dão-nos muito bem conta dos conhecidos processos de “distância social” e *gap* cultural entre ele e os “colegas”, tal como da “familiarização” que se foi desenvolvendo a par e passo do interconhecimento e dos pequenos acontecimentos da vida quotidiana. Com efeito, no decurso desse tempo, o observador acabou por evoluir da posição de “estranho” à de aliado conjuntural de um sector (mais desprotegido) do grupo operário, com as compreensíveis reacções de desgosto por parte do patrão.

A minha questão metodológica levantada por esta rica experiência de observação pode, porém, resumir-se assim: o balanço custos-proveitos desta “operação” só não terá sido deficitário devido ao esforço “pago” pelo investigador e pela competência relacional que demonstrou. Não fora isso, talvez o esforço e os recursos empenhados não compensassem os resultados obtidos, decepcionantes, de certo ponto de vista, pela banalidade das situações observadas.

Noutros casos esse balanço negativo ficou patente, como aconteceu com a pesquisa de Teresa Rosa (1998) que, tal como alertara Sainsaulieu, não aguentou a esforço físico do trabalho fabril de manipulação e montagem em “cadeia de produção”, quedando-se a observação por apenas um mês. Foi ainda uma experiência aproveitada para o seu projecto de investigação, mas foi escassa em relação ao esperado. A duração da estadia do observador-participante parece-me ser, pois, uma questão crucial nas relações entre investigador e grupo social investigado.

Mas a “variável” tempo pode emergir como problema metodológico de uma forma mais inusitada: quando a frequência com que uma certa população ou comunidade é solicitada e sujeita a investigações sociais a leva a essa aprendizagem especial que consiste em antecipar o que o observador

espera encontrar na sua pesquisa e, perante tal expectativa, desenhar estratégias de “agradabilidade”, de “boicote”, ou outras. Pais de Brito (1996) percebeu isso muito bem com os camponeses de Rio de Onor, que se tornaram uma referência e objecto de visitas de muitos “urbanos ávidos de ruralismo”, perante quem os aldeãos passaram cada vez mais a encenar certas representações já estereotipadas de práticas dos seus antigos... para agradar à plateia. De resto, outra não é a atitude de muitos habitantes de paisagens exóticas ou “diferentes” perante formas de turismo crescentemente mobilizadas por motivações culturais (aldeias, “índios”, meios populares, “marginais”, “selvagens”, etc.) mas que, para os próprios, funcionam muitas vezes como fonte de rendimento económico (embora provavelmente com consequências identitárias que podem ir bastante mais longe).

É também para a percepção destes comportamentos estratégicos dos actores sociais (que sabem estar) sob observação de peritos que eu habitualmente chamo a atenção dos meus alunos de sociologia quando anualmente visitamos uma fábrica ou um laboratório.

Pelo que me toca, naquelas circunstâncias vivenciadas por Elísio Estanque ou Teresa Rosa, eu prefiro designar tais situações por observações “externas” (como também são as “visitas”), e assumir o pressuposto de que os observados não deixam nunca de reagir estrategicamente a essa observação. Pelo contrário, na observação participante *strictu sensu*, a intrusão e familiarização deverão levar ao desarmar das atitudes, discursos e comportamentos estratégicos – de reacção face à sua presença – por parte dos membros do grupo, mesmo que não o aceitem como “par”, ou com estatuto idêntico ao seu, como julgo poder comprovar-se com os casos experienciados por Susana Durão (2003) ou por Paulo Granjo (no prelo), para não sair dos domínios do trabalho e das organizações.

Mas podemos ainda considerar o outro caso extremo e oposto ao da “observação externa” e que eu costumo designar por observação “interna”, ou seja, aquela em que o observador se não revela aos olhos dos membros do grupo no qual se insere, pois, pura e simplesmente, a um ou outro título, o observador pertence ao próprio grupo.

Tenho aqui de fazer referência a casos célebres na sociologia do trabalho, acentuando as respectivas intenções que presidiram a tais experiências: Simone Weil (1951) e a intencionalidade místico-existencial; Daniel Mothé (1963 e 1965) e o aproveitamento de uma oportunidade, com evolução dos objectivos, de políticos para fins de investigação social; e o caso de Robert Linhart (1978), com objectivos exclusivamente político-agitatórios (com a perplexidade, que acabei de verificar, de continuar a ser feita a sua utilização académica na universidade francesa, espero que – mas não tenho a certeza de que assim seja – para ilustrar um momento passado de “ilusão científica” e de confusão entre ciência e acção política).

É agora também o momento de colocar a questão do “estatuto” do investigador nestas situações de pesquisa de terreno. Conta Elísio Estanque nas notas do seu “diário de campo” que preparou racionalmente o modo como se apresentou um dia a trabalhar como operário na linha de fabricação de sapatos e, a pouco e pouco, foi esclarecendo os seus colegas de trabalho que, afinal, estava ali temporariamente para realizar um estudo científico. Mas, sobretudo perante as dificuldades das primeiras semanas em estabelecer algumas pontes de confiança com eles, equacionou a possibilidade de “outras estratégias de disfarce e assumir uma identidade fictícia”. Rejeitou-as, todavia, por hipotética ineficácia, mas também por ser uma postura “eticamente duvidosa” (Estanque 2000: 277).

Gostaria particularmente de discutir este ponto. Por um lado, tendo a recusar tal dúvida ética, desde que, bem entendido, não haja qualquer identificação posterior dos actores observados. Mas, por outro lado, é possível que, perante uma revelação *a posteriori* de que o “companheiro” afinal era um investigador social, um “intruso”, os “indivíduos-objects” da pesquisa possam legitimamente sentir-se “traídos” (não apenas no aspecto moral, mas com consequências sobre a visão que têm sobre a ciência e os cientistas). Teria isso acontecido com os companheiros de trabalho de Simone Weil ou Daniel Mothé? Ou com os meus ex-colegas, carinhosamente tratados por “Gégène” e “Mémile” (além de tantos outros), a quem eu já dediquei um texto sociológico, e que nunca conheceram a minha verdadeira identidade, antes me supuseram mais um dos milhares de imigrantes das quatro partidas do mundo que caíam naquele “caldeirão” que era, nos anos 60/70, a fábrica de automóveis Renault de Boulogne-Billancourt?

Permitam-me contudo que, antes de passar ao meu último ponto e sobre esta questão do estatuto do investigador participante e das imagens que ele pode projectar (ou refractar) sobre os diversos agentes em presença, eu vos ilustre a polissemia e sinonímia dos termos através de um breve ensaio de construção de três equações terminológicas, consoante os contextos de referência, num determinado campo semântico.

Primeiro, sobre o *processo* a que, num registo conceptual-científico, chamaremos de “intrusão” (do observador no meio em estudo), num registo mais neutral e ambíguo de sentido, poderemos designá-lo por “intromissão” e apelidar o seu autor de “intrometido”. E, se nos pusermos na posição (necessariamente desconfiada) dos actores observados, ou seja, num registo mais popular-crítico, diremos então que se trata de um “metediço” (literalmente, que se mete onde não é chamado).

Agora, sobre a *motivação* de fundo que impulsiona o observador, diremos no mesmo registo conceptual-científico que essa motivação é o “saber” (ou a “vontade de saber”, como diria Foucault, ou a “apetência de saber”, ou ainda a “curiosidade”). Porém, no tal segundo registo mais neutral, chamar-

-se-á provavelmente de “curioso” – com maior ambiguidade de sentido – ao indivíduo que manifeste tais comportamentos. Já no registo popular, este será porventura tratado, pura e simplesmente, de “bisbilhoteiro” (i.e., aquele que procura saber o que não lhe diz respeito).

E finalmente, no que respeita ao conceito a que, no léxico técnico-científico, chamamos de “intervenção”, o seu agente será talvez qualificado de “mediador” no tal registo intermédio mais neutral (por exemplo, o das linguagens dos técnicos operacionais, dos gestores, etc.). Mas, no meio popular das “pessoas-objectos” de tais intervenções ou mediações, possivelmente esse não escapará à designação crítico-maliciosa de “intriguista”.

Na realidade, foi com base nos casos exemplificativos referenciados, embora raros, e também naquela minha própria experiência (de seis anos) como operário de fábrica (que, apesar disso, não foi aproveitada – pelo menos, ainda não foi – para produzir resultados de pesquisa) que tentei pôr de pé um novo esquema minimamente sustentável de metodologia de pesquisa intensiva e qualitativa a que chamei “observação participante retrospectiva”.

Uma situação particular de pesquisa: a observação participante retrospectiva

Foi esse – o da observação participante retrospectiva – o dispositivo metodológico central que utilizei (melhor, esteve na origem) no caso do meu recente livro *Homens em Fundo Azul Marinho* (2003a). Na verdade, só podemos evocar aqui sinteticamente alguns dos principais tópicos caracterizadores dessa situação específica de pesquisa sociológica, tais como: a) a minha pertença ao grupo (a instituição Marinha de Guerra Portuguesa) e o processo de ruptura com ele (a minha deserção), como boa condição de análise crítica, se superadas as afectividades e bloqueios psicológicos ou morais de uns e de outros; b) o interesse e as expectativas de (pelo menos) uma parte dos “retratados” sobre o que seriam os resultados da investigação; c) a confiança pessoal num antigo “camarada”, prestigiado por funções e títulos simbólicos posteriores (doutorado, catedrático, etc.), noutros campos de actividade; e d) as desconfianças legítimas de uma outra parte dos “observados”, seja em relação à valoração feita ao observador (foi traidor, etc.), seja a partir da presunção de que, quem é capaz de identificar o “bom” (na instituição analisada) também pode identificar o “mal”, mesmo quando isto se passa num registo coloquial desprendido e folgazão (num almoço com antigos camaradas, alguém disse: “atenção que ele está a gravar!”).

No caso em apreço, a observação sociológica complexificou-se pelo efeito do longo tempo transcorrido (mais de três décadas) entre o exercício

observativo e o momento da análise e da redacção. Concretamente, enfrentaram-se aqui os problemas da subjectividade e do carácter selectivo da memória, para o seu uso em história. Recusando entrar num terreno quase-psicanalítico, eu diria que tentei utilizar as técnicas do método biográfico e das histórias de vida, mas aplicadas, neste caso, ao próprio. Nomeadamente, foram usados: o controlo da informação memorial, fundamentalmente pela pesquisa e análise documental; complementarmente, realizei também a entrevista focada e a entrevista colectiva (sempre pouco formalizadas) para recolha de informações específicas e controlo das memórias.

Estruturante e indispensável foi, em todo o caso, a adopção prévia de um quadro teórico e conceptual de referência, o da sociologia das profissões (sistémico, estratégico, histórico e comparativo), ao qual associei, como referências teóricas auxiliares, contributos da sociologia do trabalho e das organizações, da ciência política e da histórica contemporânea.

Bem entendido, as interpretações feitas e as conclusões apresentadas, repousando embora sobre a informação apresentada e os comentários e argumentação desenvolvida ao longo do texto, levam o cunho de responsabilidade própria do autor. Sobretudo porque não se tratou de apresentar uma sequência escrita de lógica demonstrativa. Pelo contrário, tendo em conta o carácter não académico do livro, procurou-se antes dotar o texto de um fio narrativo que motivasse o leitor a realizar um certo "itinerário de visita" à instituição e ao seu meio humano. Os passos, os olhares, as conexões e as acentuações desse percurso foram, esses sim, deliberadamente escolhidos e estruturados em função do meu plano de análise, evidenciando a aplicação dos conceitos e a plausibilidade das sínteses finais.

Pode dizer-se que entre os tópicos mais ricos e significativos das conclusões se encontram: a) a ideia de que a Armada, além de instituição pública, pode ser analisada como uma corporação profissional, hierárquica e segmentada, na base da justaposição de dois corpos distintos e de uma grande variedade de especialidades técnicas (algumas bastante avançadas, num cotejo internacional); b) a análise que afirma que a corporação se estrutura em torno da coexistência de uma dupla identidade: marinheira e militar – sendo que, no período considerado (décadas de 1950 e 1960 do século XX), esta última tende a avantejar-se em relação à primeira, devido à guerra colonial e à criação do corpo de fuzileiros navais (uma espécie de infantaria de marinha); c) a pertinência e crucialidade do período analisado, entre a "guerra fria" e o fim do regime político autoritário, durante o qual ocorreram, sucessivamente, duas orientações diferenciadas da política externa nacional, ambas com reflexos fundamentais na marinha: a entrada de Portugal na Aliança Atlântica e a sustentação da guerra nas colónias; d) finalmente, a originalidade deste microcosmos social, onde se combinam elementos de pré-modernidade, de modernidade e já sintomas de pós-modernidade (técnica, pelo

menos), que se apresenta simultaneamente como um meio fechado e aberto à sociedade e que, sendo uma instituição militar e obediente ao poder político nacional, é contudo historicamente marcada por um espírito liberal e republicano.

Com base nesta experiência pessoal, permito-me sugerir que este tipo de metodologia de investigação qualitativa – a observação “interna” – terá um grau de aplicabilidade maior do que este exemplo poderia fazer supor. Com imaginação, o investigador social poderá averiguar se, na realidade, não tem “ao alcance da mão” oportunidades de pesquisa mobilizáveis para a abordagem de diversíssimas questões e problemáticas, tais como os campos seguintes, onde ele próprio poderá estar inserido: o meio profissional; o meio familiar; os círculos de amigos; o espaço de residência; os envolvimentos associativos ou as actividades de lazer; as circunstâncias extraordinárias (felizes ou dolorosas, mas sempre imprevistas) vividas, de quando em vez, por alguns de nós; etc.

Se não existe nos manuais consagrados a equacionação destas modalidades, é talvez altura de a ensaiar para que elas possam eventualmente figurar em futuras edições. Como elemento legitimador, temos, pelo menos, o antecedente, histórico, das literaturas de viagens.

BIBLIOGRAFIA

- ALKRISH, Madeleine, 1994, “Comment Sortir de la Dichotomie Technique/Société”, Bruno LATOUR, e outros (orgs.), *De la Préhistoire aux Missiles Balistiques: L’Intelligence Sociale des Techniques*, Paris, La Découverte, 105-131.
- BRITO, Joaquim Pais de, 1996, *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Dom Quixote.
- BURAWOY, Michael, 1979, *Manufacturing Consent*, Chicago, University of Chicago Press.
- CALLON, Michel (org.), 1989, *La Science et Ses Réseaux: Genèse et Circulation des Faits Scientifiques*, Paris, La Découverte/UNESCO.
- CROZIER, Michel, 1991, *L’Entreprise à l’Écoute: Apprendre le Management Post-industriel*, Paris, Interéditions.
- DURÃO, Susana, 2003, *Oficinas e Tipógrafos*, Lisboa, Dom Quixote.
- ESTANQUE, Elísio, 2000, *Entre a Fábrica e a Comunidade*, Porto, Afrontamento.
- FREIRE, João, 2003a, *Homens em Fundo Azul Marinho*, Oeiras, Celta.
- , 2003b, “Trabalho Fabril e Observação Participante”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 66, Outubro, 173-178.
- GRANJO, Paulo, no prelo, *Trabalhamos sobre um Barril de Pólvora*.
- JAQUES, Elliot, 1972, *Intervention et Changement dans l’Entreprise*, Paris, Dunod.
- LATOUR, Bruno, 1989, *La Science en Action*, Paris, La Découverte.
- LEFÈBVRE, Bruno, 2000, “Les Réseaux Socio-techniques”, *Arquivos da Memória*, Lisboa, 8-9, 43-61.
- LINHART, Robert, 1978, *L’Etabli*, Paris, Minuit.
- MOTHÉ, Daniel, 1963, *Journal d’un Ouvrier*, Paris, Minuit.
- , 1965, *Militant chez Renault*, Paris, Seuil.
- OLIVEIRA, Luísa, 2003, *A Mão Visível da Inovação: A Construção Social das Técnicas e dos Mercados* (tese de doutoramento), Lisboa, ISCTE.
- PAIS, José Machado, 2001, *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar.
- PAIS, José Machado, e outros, 1999, *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Ambar.
- ROSA, Maria Teresa Serôdio, 1998, *Relações Sociais de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*, Porto, Afrontamento.
- SAINSAULIEU, Renaud de, 1977, *L’Identité au Travail*, Paris, FNSP.
- , 1987, *Sociologie de l’Organisation et de l’Entreprise*, Paris, Dalloz/FNSP.

- SAINSAULIEU, Renaud de, e outros, 1994, *Méthodes pour une Sociologie de l'Entreprise*, Paris, FNSP.
SILVA, Carlos Dias da, 1993, *Contributo para o Estudo dos Limites e Possibilidades da Actividade Profissional do Sociólogo em Empresas* (tese de mestrado), Lisboa, ISCTE.
WEILL, Simone, 1951, *La Condition Ouvrière*, Paris, Gallimard.

João Freire

SOME METHODOLOGICAL PROBLEMS IN THE ANALYSIS OF ORGANIZATIONS: METHODOLOGIES OF OBSERVATION

Starting from some critical considerations related to disciplinary traditions and territories, as well as to specific research methodologies, this article presents an overview of sociological research in the fields of work and organizations. The units of observation in these fields can be understood, on the one hand, as "open means", and, on the other, as "organized institutions", and have to date been studied on the basis of documented descriptions, quantification, hypothesis-testing and, more rarely, ethnomethodological observation. The researcher frequently faces problems of methodological strategy, time management and definition of his own status as an observer which give rise to some technical difficulties when conducting case-studies. Through the example of a particular research situation the author presents a new methodological framework which he calls "retrospective participant observation".

Departamento de sociologia do ISCTE
joao.freire@iscte.pt